

**AMBIENTAÇÃO DA SALA DE REFERÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
IMPLICAÇÕES PARA O ACOLHIMENTO, A APRENDIZAGEM E O
DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS**

**Débora de Brito Barbosa¹; Heliton Rodrigues de Moura Júnior²; Francisco Mirtiel Frankson
Moura Castro³**

¹Professora da Secretaria de Educação de Itapipoca, Itapipoca, Ceará, Brasil, E-mail:
deborabb93@gmail.com

²Licenciando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (Uece), Itapipoca,
Ceará, Brasil, E-mail: heliton.junior@aluno.uece.br

³Professor da Universidade Estadual do Ceará-UECE, Itapipoca, Ceará, Brasil, E-mail:
mirtielfrankson@gmail.com

Resumo

Este estudo, realizado em 2026, teve como objetivo principal analisar como a ambientação da sala de referência na Educação Infantil repercute no desenvolvimento integral das crianças, considerando aspectos de acolhimento, identidade, autonomia e aprendizagem. Para tornar possível esta pesquisa, recorreremos a alguns referenciais teóricos: Brites (2020); Domingues e Belletati (2021); Minayo (2001); Montessori (2025), Vygotsky (1994) e as orientações presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010). A metodologia utilizada constituiu-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida a partir de observações e reflexões acerca da organização e da ambientação das salas de referência de um Centro de Educação Infantil, considerando a formação continuada e as práticas pedagógicas vivenciadas no contexto escolar. Como resultados, observou-se que a organização intencional do espaço favorece o sentimento de pertencimento, fortalece vínculos afetivos e estimula a autonomia das crianças, especialmente quando os materiais estão ao alcance delas e quando suas produções e identidades são valorizadas no ambiente. A ambientação planejada contribui significativamente para ampliar as possibilidades de interação, exploração e aprendizagem, tornando o espaço um elemento ativo no processo educativo. Considera-se que este estudo evidenciou a importância da sala de referência como elemento pedagógico fundamental na Educação Infantil, reforçando que o ambiente, quando pensado com intencionalidade, sensibilidade e coerência com as concepções de infância, potencializa o desenvolvimento integral das crianças.

Palavras-chave: Educação Infantil. Sala de referência. Ambientação pedagógica.

Introdução

Este artigo surgiu das reflexões realizadas no exercício da coordenação pedagógica em um Centro de Educação Infantil e das vivências formativas de um estudante do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, a partir das experiências e observações no cotidiano das turmas. O diálogo entre a prática da gestão pedagógica e a formação inicial docente possibilitou um olhar investigativo sobre a organização e a ambientação da sala de referência, a fim de refletir sobre sua relevância no desenvolvimento da criança.

Sob esse enfoque, o ambiente passa a ser compreendido como agente pedagógico ativo. Conforme é destacado na Base Nacional Comum Curricular, é essencial promover “[...] ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.” (Brasil, 2017, p. 37). Tal concepção indica que o espaço participa diretamente do processo formativo, influenciando interações, provocando investigações e sustentando a construção da identidade e da autonomia. O ambiente comunica valores, organiza experiências e amplia possibilidades de aprendizagem, constituindo-se como dimensão curricular.

A partir do exposto, revela-se a relevância de discussões acerca da importância da ambientação da sala de referência para a constituição do sentimento de pertencimento, da identidade e da autonomia das crianças, além de sua contribuição para os processos de aprendizagem. Nesse sentido, delimitou-se como problema desta pesquisa a seguinte questão: Como a organização da sala de referência repercute na formação plena dos discentes na Educação Infantil?

Deste modo, este estudo tem como objetivo geral analisar como a ambientação da sala de referência na Educação Infantil repercute no desenvolvimento integral das crianças, considerando aspectos de acolhimento, identidade, autonomia e aprendizagem. E como objetivos específicos: Discutir a importância do espaço como elemento pedagógico na Educação Infantil; Refletir sobre a concepção das salas de referência enquanto local de convivência e pertencimento; Analisar como a organização do espaço favorece a emancipação, as interações e as aprendizagens das crianças; Relatar experiências e práticas observadas na formação continuada e nas primeiras semanas de aula no Centro de Educação Infantil, que evidenciam a relevância da organização do ambiente de forma intencional.

Nessa perspectiva, este estudo caracteriza-se como pesquisa de abordagem qualitativa, cuja característica principal é a compreensão de fenômenos com base em meios subjetivos. A escolha metodológica fundamenta-se na compreensão de que os fenômenos educativos devem ser analisados a partir dos significados constituídos pelos sujeitos em seus contextos reais.

Conforme afirma Minayo (2001, p. 21-22), a pesquisa qualitativa trabalha com “o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”, permitindo compreender dimensões da prática pedagógica que não se reduzem à mensuração.

Quanto ao tipo de pesquisa, considera-se bibliográfica, fundamentando-se nas obras de Brites (2020); Domingues e Belletati (2021); Minayo (2001); Montessori (2025); e Vygotsky (1994), bem como nas orientações presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010), unida à análise de um relato de experiência dos autores, que descreve o início na Semana Pedagógica, momento em que foi realizado aprofundamento teórico acerca da ambientação pedagógica na sala de referência da Educação Infantil.

A produção dos dados ocorreu por meio de observação participante e registros fotográficos das etapas do processo em 2026. A análise seguiu abordagem interpretativa, buscando identificar mudanças relacionadas à participação infantil, à autonomia, às interações e à ressignificação do espaço pedagógico. O diálogo entre os registros empíricos e o referencial teórico permitiu compreender o ambiente como dimensão curricular e agente formativo. A pesquisa foi realizada mediante autorização institucional, assegurando-se o anonimato das crianças e das professoras, bem como o uso ético dos registros produzidos.

Este estudo está desenvolvido em seções que contemplam inicialmente esta introdução, seguida do desenvolvimento teórico, organizado nas seguintes subseções: A Educação Infantil e suas especificidades; A sala de referência como espaço de acolhimento e construção da identidade; A organização do ambiente e o desenvolvimento da autonomia; O espaço como promotor de interações e aprendizagens. Posteriormente, apresenta-se a análise das experiências observadas no contexto da Educação Infantil. Por fim, são apresentadas as considerações finais e as referências que embasaram esta pesquisa.

A Educação Infantil e suas especificidades

Anteriormente à Constituição Federal de 1988, a instrução escolar de crianças era compreendida como uma fase anterior à escolarização formal, por isso, nomeava-se de pré-escola. No entanto, após a promulgação da Carta Magna, a oferta de creches e pré-escolas passaram a ser um dever do Estado, o que, consequentemente, reformulou as compreensões acerca da incorporação do Ensino Infantil à Educação Básica. Tal perspectiva foi reforçada com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a qual estabelece, em seu Art. 4º, a integração do

processo educativo infantil nas etapas regulares de ensino, e garante a gratuidade para crianças de até cinco anos de idade (Brasil, 1996).

Hodiernamente, a Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, conforme preconiza a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). As creches, nesse contexto, simbolizam “[...] na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada.” (Brasil, 2017, p. 36). Consequentemente, o planejamento de espaços acolhedores constitui uma parte imprescindível do ensino na infância, a fim de facilitar a criação de relações entre os educandos e o novo ambiente.

Ademais, ressalta-se a importância do brincar para a criação de locais de acolhimento e ao desenvolvimento de aptidões do público infantil. Nesse sentido, é por intermédio das interações e brincadeiras que o educador estimula as capacidades e habilidades das crianças, incluindo questões identitárias, emancipatórias e de aprendizagem. Nelas, os discentes podem expressar livremente suas ideias, emoções e desejos, como exemplo o meio artístico, compreender suas próprias emoções e perceber as formas do ambiente que as rodeiam. Assim, essa etapa de ensino se configura como relevante para a consciência de si e dos outros, e a busca de novas descobertas do público infantil, repercutindo, dessa maneira, durante toda a vida do educando.

Enfatiza-se, portanto, que a Educação Infantil se preocupa com os aspectos psicomotor e social do corpo discente, e faz uso da ludicidade como ferramenta para atingir tais fins. Desse modo, é fundamental a organização de jogos, brincadeiras e ambientes que impulsionam o desenvolvimento das crianças, a fim de promover atividades de cooperação, socialização e a constituição de habilidades interpessoais durante a infância. Nessa perspectiva, o espaço educativo ultrapassa a dimensão física e assume caráter pedagógico, tornando-se elemento estruturante das experiências infantis.

A sala de referência como espaço de acolhimento e construção da identidade

Inicialmente, compreende-se a sala de referência na Educação Infantil como o local onde vivenciam-se aprendizados e brincadeiras coletivas, a fim de promover o acolhimento e segurança afetiva às crianças. Em consonância com essa visão, a Base Nacional Comum Curricular estabelece que “a interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância” (Brasil, 2017, p. 37), evidenciando que o espaço deve favorecer experiências significativas, múltiplas linguagens e relações entre pares e adultos. Assim, a sala de referência ultrapassa a

dimensão física e assume caráter estruturante das vivências infantis, integrando cuidado, educação e convivência em uma perspectiva indissociável.

Esta mudança de compreensão articula-se à própria transição terminológica de “sala de aula” para “sala de referência”, expressão que revela transformação paradigmática nas concepções de infância e nas práticas pedagógicas da Educação Infantil. Tal ressignificação encontra respaldo nos marcos normativos nacionais, que reconhecem a criança como sujeito histórico, social e de direitos. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil afirmam que a Educação Infantil deve garantir “condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais” (Brasil, 2010, p. 17), o que implica organizar ambientes que promovam acolhimento, segurança e participação ativa.

Deste modo, a sala de referência, ao invés de um simples espaço físico, configura-se como ambiente ativo no processo de ensino-aprendizagem na infância. Lá, os educandos vivenciam experiências lúdicas, sociáveis e de autoconhecimento, as quais possibilitam o desenvolvimento integral deles, além do cuidado com suas questões identitárias e relacionadas à educação. Para isso, todavia, é necessário a organização intencional do ambiente, para que estimule a autonomia infantil, a abertura ao novo, e o acolhimento àqueles que, geralmente, vivem a primeira socialização estruturada distante do núcleo familiar.

A organização do ambiente e o desenvolvimento da autonomia

Durante muitos anos, a organização das salas na Educação Infantil foi orientada por uma lógica marcadamente adultocêntrica, na qual os professores assumiam integralmente a responsabilidade pela composição estética do espaço. Predominava o uso de materiais como EVA, personagens midiáticos ampliados, figuras excessivamente coloridas e elementos brilhantes, frequentemente afixados em locais altos sob a justificativa de evitar seu manuseio ou eventual deterioração pelas crianças. Essa configuração espacial revela uma concepção de ambiente centrada prioritariamente na estética visual e no controle adulto, posicionando a criança como espectadora de um cenário previamente estruturado.

Nessa perspectiva, o espaço configurava-se como vitrine decorativa, dissociada das experiências pedagógicas e das interações cotidianas. Ao restringir o acesso aos elementos expostos e limitar a participação infantil nos processos de organização do ambiente, reforçava-se uma compreensão de infância pouco protagonista, na qual as possibilidades de exploração, autoria e pertencimento eram significativamente reduzidas. O ambiente, assim, assumia caráter meramente ornamental, com reduzida integração às práticas educativas e às experiências significativas de aprendizagem.

Diante dessa problemática, torna-se fundamental distinguir a decoração de ambientação. A decoração refere-se à inserção de elementos visuais destinados ao embelezamento do espaço, frequentemente definidos unilateralmente pelo adulto e pouco relacionados às vivências das crianças. A ambientação, por sua vez, implica organização intencional do ambiente com finalidade pedagógica, relacional e investigativa. Pressupõe planejamento, escuta sensível, valorização das produções infantis e disposição de materiais que favoreçam autonomia, interação e experimentação. Conforme Brites (2020, p. 21), o suporte ambiental potencializa o estímulo de gatilhos para o alcance de diversas qualidades. Trata-se, portanto, de conceber o espaço como território de experiências e aprendizagens, e não apenas como cenário estético.

Sob a perspectiva histórico-cultural, o ambiente organiza as condições objetivas e simbólicas para que as interações se efetivem e se tornem experiências formativas. Consoante Vygotsky (1994, p. 117), “as interações entre a criança e as pessoas no seu ambiente desenvolvem a fala interior e o pensamento reflexivo, essas interações propiciam o desenvolvimento do comportamento voluntário da criança”. Tal afirmação evidencia que o desenvolvimento não ocorre de maneira isolada, mas mediado pelas relações sociais e pelo contexto cultural no qual a criança está inserida. Desse modo, a organização da sala de referência não pode ser compreendida como aspecto secundário da prática pedagógica; ao contrário, constitui-se como elemento estruturante das possibilidades de interação, diálogo e construção compartilhada de conhecimentos.

Deste modo, a sala de referência, quando planejada com intencionalidade pedagógica, configura-se como espaço permanente de acolhimento e construção da identidade. A disposição dos materiais ao alcance das crianças, a valorização de suas produções, a presença de elementos que representem suas histórias, culturas e experiências, bem como a organização de ambientes diversificados de exploração, materializam concepções de infância fundamentadas no protagonismo e na participação. A ambientação, nesse sentido, integra o currículo da Educação Infantil, pois é nela que se concretizam práticas, relações e experiências formativas.

O espaço como promotor de interações e aprendizagens

Quando comparado ao modelo tradicional de organização escolar, marcado por carteiras enfileiradas, centralidade do adulto, materiais restritos e ambiente predominantemente decorativo, o espaço investigativo apresenta outra lógica pedagógica. No modelo tradicional, o ambiente tende a reforçar relações hierárquicas e a passividade infantil, limitando as interações horizontais e a experimentação. Já no espaço investigativo, a disposição de cantos diversificados, materiais acessíveis e recursos que convidam à exploração favorece a

cooperação entre pares, a resolução de problemas e a participação ativa das crianças no processo de aprendizagem.

No primeiro dia da Semana Pedagógica de um centro educacional infantil (CEI), localizado na sede urbana no município de Itapipoca, foi identificada a necessidade de retomar a temática da ambientação da sala de referência. Embora esse assunto já tivesse sido abordado em formações da Educação Infantil promovidas pela Secretaria de Educação do Município de Itapipoca, durante alguns diálogos com as professoras, notou-se que algumas delas ainda não realizavam a ambientação conforme as orientações discutidas anteriormente. A partir disso, iniciou-se o que Domingues e Belletati (2021, p. 287) consideram como 1º elemento estruturante do processo de formação contínua na escola: o diagnóstico das necessidades formativas dos professores, o qual tem a figura do coordenador escolar como liderança no acompanhamento das demandas do corpo docente.

Desse modo, iniciou-se o momento formativo convidando as professoras para visitar uma sala previamente organizada com ambientação construída a partir de materiais recicláveis, naturais e heurísticos, conforme pode ser observado na Figura 1. Durante a visita, provocou-se reflexões por meio de alguns questionamentos: É possível realizar esse tipo de ambientação em sua sala? Os materiais são de fácil acesso ou apresentam alguma dificuldade de obtenção? Qual o custo-benefício? As crianças poderiam participar da produção desses elementos? Elas gostariam?

Figura 1: Ambientação da sala de referência exemplar.



Fonte: Arquivo pessoal - 2026.

Na figura acima, é possível observar alguns exemplos de ambientação das salas de referência, com elementos que podem ser confeccionados com o auxílio da criança. É importante salientar que, para o desenvolvimento desses exemplares, foram utilizados materiais

recicláveis, comumente encontrados em casa, como tampas de garrafas, CDs e embalagens plásticas, com a finalidade de demonstrar que essas produções podem ser elaboradas a partir de objetos comuns de nosso cotidiano. Buscou-se, dessa maneira, incentivar que os educadores, junto do público infantil, construíssem uma identidade coletiva na sala de referência, de modo a estimular a imaginação e autonomia.

Após esse momento de observação e diálogo, realizamos um estudo teórico. Abordamos inicialmente a diferença entre decoração e ambientação, destacando a intencionalidade pedagógica presente na organização dos espaços. Em seguida, discutimos a distinção entre sala de aula e sala de referência, enfatizando o papel deste espaço como ambiente de pertencimento, autonomia e protagonismo infantil. Também apresentamos documentos norteadores, como a BNCC e as DCNEI, além de referenciais teóricos de autores como Montessori (2025), que defende o ambiente como elemento essencial no desenvolvimento da criança.

Nesse sentido, a contribuição de Maria Montessori (2025) é fundamental. Para a autora, é dever da escola “oferecer à criança um ambiente que lhe permita desenvolver as funções a ela atribuídas pela natureza” (Montessori, 2025, p. 123). A noção de ambiente preparado rompe com a lógica do controle excessivo e propõe uma organização que promova autonomia, autorregulação e responsabilidade. Ao possibilitar que a criança escolha materiais, organize suas ações e realize descobertas, o espaço transforma-se em mediador da aprendizagem ativa.

A experiência suscitou a reflexão crítica sobre a lógica tradicional de decoração e impulsionou a reorganização intencional das salas da instituição. No segundo dia da Semana Pedagógica, já foi possível perceber os primeiros impactos da formação. Diversas professoras chegaram trazendo materiais como papelão, galhos e outros recursos naturais. Na primeira semana de aula, iniciaram a ambientação das salas de referência junto com as crianças, utilizando suas produções como parte constitutiva do espaço.

Tais iniciativas aproximam-se da compreensão de que o ambiente integra o currículo e constitui dimensão formativa essencial. Ao possibilitar que as crianças participem da confecção de elementos da sala e da organização dos materiais, promove-se não apenas o desenvolvimento da autonomia, mas também o fortalecimento do sentimento de pertencimento e de identidade. O espaço deixa de ser cenário estático e passa a configurar-se como construção coletiva, dinâmica e significativa, coerente com as concepções contemporâneas de infância e com os princípios que orientam a Educação Infantil.

O resultado foi significativo: cada sala passou a expressar identidade, intencionalidade e protagonismo infantil. As crianças apresentam com entusiasmo os elementos que ajudaram a

construir, demonstram cuidado com o espaço e interagem diariamente com materiais organizados à sua altura, fortalecendo o sentimento de pertencimento e autonomia.

Assim, compreender o espaço como promotor de interações e aprendizagens implica reconhecer que a ambientação não é neutra nem meramente estética, mas dimensão curricular que impacta diretamente o desenvolvimento integral. A intencionalidade pedagógica na organização da sala de referência cria contextos nos quais as crianças aprendem com os pares, com o adulto e com o próprio ambiente, em um movimento contínuo de experimentação, diálogo e construção de sentidos. O espaço investigativo, portanto, consolida-se como condição fundamental para a efetivação de práticas coerentes com uma concepção contemporânea de Educação Infantil, centrada na participação, na autonomia e no protagonismo infantil.

Considerações finais

A Educação Infantil representa uma etapa imprescindível para o estímulo das aptidões físicas, intelectuais, emocionais e sociais dos educandos, o que repercute no decorrer de toda a vida desse público. Os diálogos relacionados à prática da gestão pedagógica e à formação inicial docente, nesse sentido, possibilitam um olhar crítico sobre a organização e a ambientação da sala de referência, a qual atua como um agente ativo na prática pedagógica, evidenciando sua relevância no desenvolvimento integral das crianças nessa etapa de ensino.

Durante o cotidiano na Educação Infantil, constata-se que o espaço não se limita a uma estrutura física, mas constitui-se como elemento pedagógico fundamental no desenvolvimento infantil. A sala de referência, anteriormente denominada sala de aula, passou por uma ressignificação conceitual, acompanhando as mudanças nas concepções de infância e nas orientações legais que reconhecem a criança como sujeito de direitos. Documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Base Nacional Comum Curricular e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil reforçam que as interações e as brincadeiras são eixos estruturantes dessa etapa, evidenciando que o ambiente deve favorecer experiências significativas, acolhedoras e desafiadoras.

A concepção de ambiente como agente pedagógico articula-se, portanto, à compreensão de que o espaço comunica expectativas, valores e concepções de infância. Um ambiente excessivamente decorado pelo adulto, com elementos fixados fora do alcance das crianças, tende a reforçar uma visão de infância passiva e contemplativa. Em contrapartida, quando a sala de referência apresenta produções infantis expostas, materiais manipuláveis, diversidade de linguagens e organização que convida à investigação, transmite-se a mensagem de que a criança é um sujeito competente, capaz de interagir, explorar e produzir conhecimento.

Por intermédio do relato de experiência e práticas observadas no contexto da primeira etapa educacional da formação básica, é possível notar que a organização intencional do espaço favorece o sentimento de pertencimento, fortalece vínculos afetivos e estimula a autonomia das crianças, especialmente quando os materiais estão ao alcance delas e quando suas produções e identidades são valorizadas no ambiente. A participação ativa dos educandos na ambientação das salas de referência possibilita a construção de laços afetivos com o local educativo, e faz com que o espaço possua traços identitários do corpo discente e torna-se um local mais acolhedor. Percebe-se ainda que a ambientação planejada contribui significativamente para ampliar as possibilidades de interação, exploração e aprendizagem, tornando o espaço um elemento ativo no processo educativo.

Considera-se que este estudo evidencia a importância da sala de referência como elemento pedagógico fundamental na Educação Infantil, reforçando que o ambiente, quando pensado com intencionalidade, sensibilidade e coerência com as concepções de infância, potencializa o desenvolvimento integral das crianças. No entanto, é necessário a criação de estudos voltados, especificamente, à organização das salas de referência com elementos naturais ou recicláveis, a fim de expandir as fontes acerca da ambientação escolar.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 16 fev. 2026.

BRASIL. **Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação.** Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2010. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 16 fev. 2026.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#infantil>. Acesso em: 16 fev. 2026.

BRITES, Luciana. **Brincar é fundamental:** como entender o neurodesenvolvimento e resgatar a importância do brincar durante a primeira infância [livro eletrônico]. São Paulo: Editora Gente, 2020.

DOMINGUES, Isaneide; BELLETATI, Valéria Cordeiro Fernandes. Cenários de direção de escola e de coordenação pedagógica: elementos para o trabalho de pedagogos(as). In PIMENTA, Selma Garrido; SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima (orgs.). **Pedagogia:**

teoria, formação, profissão [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez Editora, 2021. cap. 10, p. 264-296.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MONTESSORI, Maria. **A mente da criança** [livro eletrônico]. Organização de Daniele Novara. São Paulo: Planeta do Brasil, 2025.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

